

LUCAS ANGIONI

INTRODUÇÃO À TEORIA DA
PREDICAÇÃO EM ARISTÓTELES

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

An45i Angioni, Lucas.
Introdução à teoria da predicação em Aristóteles / Lucas
Angioni. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

1. Aristóteles. 2. Ontologia. 3. Metafísica. I. Título.

	CDD	185
		111
ISBN 85-268-0716-1		110

Índices para catálogo sistemático:

1. Aristóteles	185
2. Ontologia	111
3. Metafísica	110

Copyright © by Lucas Angioni

Copyright © 2006 by Editora da UNICAMP

1ª reimpressão, 2009

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada
em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da UNICAMP
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus UNICAMP
Caixa Postal 6074 – Barão Geraldo
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

A Isabel

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
A TEORIA DA PREDICAÇÃO EM ARISTÓTELES	17
COMENTÁRIOS	45
TEXTOS DE ARISTÓTELES	173
GLOSSÁRIO TÉCNICO	201
BIBLIOGRAFIA	207

APRESENTAÇÃO

Este volume aproveita boa parte do material publicado em 2000, sob o título *Ontologia e predicação em Aristóteles*, na coleção Textos Didáticos, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. De um ponto de vista geral, as mudanças mais significativas consistiram na revisão e no aprimoramento da tradução, na atualização da bibliografia, na retificação e no aperfeiçoamento de alguns comentários e, sobretudo, na elaboração de um artigo introdutório (inexistente no volume de 2000), em que procurei sistematizar alguns aspectos centrais da teoria aristotélica da predicação.

Permanecem as mesmas, porém, as linhas gerais que delimitam o perfil deste volume. Do ponto de vista editorial, trata-se do mesmo tipo de publicação: traduções comentadas, selecionadas de acordo com certos projetos teóricos, mas, agora, cimentadas por uma introdução mais sistemática. Quanto ao projeto teórico, a inspiração mais básica ainda persiste. Não procurei oferecer uma coletânea exaustiva dos trechos em que Aristóteles trata de assuntos ligados, direta ou indiretamente, à predicação. Tivesse sido esse meu objetivo, seriam imperdoáveis as ausências de vários capítulos de *Categorias*, *Da interpretação*, *Tópicos*, *Analíticos* etc. Procurei oferecer um recorte introdutório, obviamente limitado e, ao mesmo tempo, pautado por certas questões centrais que me parecem mais relevantes. Também os comentários se determinam pelo objetivo de salientar essas questões (sistematizadas na Introdução) e de modo algum pretendem contemplar todos os problemas exegéticos, conceituais, filológicos etc., que poderiam ser formulados a respeito de cada passagem dos textos aristotélicos aqui traduzidos. O ponto principal que organiza a relação entre os textos aqui traduzidos e comentados, e que obviamente ressaltará nos Comentários, consiste na articulação entre a teoria da predicação e uma tese central da metafísica aristotélica, a distinção entre *ousia* e concomitantes. Interessa-me (desde a publicação de

2000) ressaltar o papel central que a noção de *ousia* desempenha na teoria da predicação de Aristóteles e, mais particularmente, mostrar que, quanto a esse assunto, as teses sobre a predicação e a noção de substância expostas nas *Categorias* não são apenas insuficientes, mas também intrinsecamente insatisfatórias, de tal modo que não merecem atenção preponderante. No meu juízo, os argumentos que Aristóteles apresenta em *Metafísica* IV, acompanhados pelos argumentos propostos no início de *Segundos analíticos* I 22, merecem muito mais atenção. Ao invés de ressaltar a primazia dos indivíduos substanciais, atestando a dependência ontológica das “substâncias segundas” em relação às “substâncias primeiras” (como faz nas *Categorias*), Aristóteles, nos textos mencionados, ressalta que o subjacente da predicação não pode ser concebido senão através de *propriedades essenciais*, as quais são necessárias e suficientes para garantir a identificação do assunto do qual se pretende falar e, portanto, para assegurar a verificabilidade das predicacões a seu respeito. Outros textos de Aristóteles foram incluídos neste volume justamente por contribuírem, de um modo ou de outro, para a compreensão dessa tese fundamental: *Metafísica* IV 5, 1010b 19-30; *Da interpretação* 1-6, 11; *Segundos analíticos* I 4, 73a 34-b 10; e *Tópicos* I 5-9, 101b 37-103b 39. Por outro lado, o capítulo 7 do livro V da *Metafísica* foi acrescentado justamente porque, à luz dos textos anteriormente apresentados, ele pode ser lido como recapitulação sumária e compactada do núcleo da teoria aristotélica da predicação. Finalmente, incluímos também partes significativas das *Categorias* — capítulos 1 a 4, na íntegra, e a primeira metade do capítulo 5 (2a 11-3b 23) —, justamente para elucidar o quadro conceitual que procuramos expor. A ordenação desses textos neste volume, em vez de seguir a ordem dada pela numeração Bekker, obedeceu ao propósito de ressaltar os problemas e as articulações conceituais que há pouco mencionamos; por isso, aos textos do *Órganon*, antepusemos os textos de *Metafísica* IV, e dispusemos os trechos das *Categorias* por último.

Com relação a esta última obra, continuo a julgar que ela recebe um privilégio desmedido. De fato, em apreciações gerais da filosofia de Aristóteles, é comum atribuir-se às *Categorias* um privilegiado papel introdutório, como se esse opúsculo fosse um conveniente “cartão de visita” da metafísica e da lógica aristotélica. É verdade que encontramos nas *Categorias* alguns pontos capitais da teoria lógico-ontológica que podemos atribuir a Aristóteles. No entanto, há de se convir que, em termos de requinte argumentativo e conceitual, tal obra é extremamente limitada. Tão limitada que julgo desnecessário insistir em dizer que seu comportamento terminológico não pode ser tomado como canônico para auxiliar a leitura ulterior das outras obras. Nas *Categorias*, há um uso peculiar da expressão “ser afirmado de algo subjacente”. Nos demais textos apresentados neste volume (e não apenas neles, mas tam-

bém na *Física*, nos restantes livros da *Metafísica* e do *Órganon*, nos *Parva Naturalia* etc.), tal expressão é utilizada para assinalar a *predicação accidental* ou *heterogênea*, isto é, a sentença em que um predicado de uma categoria accidental é atribuído a um sujeito da categoria da *ousia*. Mesmo em contextos em que tal expressão não remete diretamente a uma forma sentencial, ela demarca uma relação de dependência entre um concomitante e uma *ousia*. Nas *Categorias*, contudo, como foi notado por S. Mansion (1946) e Chen (1957), a mesma expressão é utilizada para descrever a predicação essencial, ou predicação sinônima. No entanto, julgo que esse uso terminológico peculiar deva ser tratado como as outras (numerosas) anomalias no vocabulário de Aristóteles, sem que tenhamos de adentrar na discussão sobre a autenticidade do opúsculo, questão para a qual não há elementos objetivos minimamente satisfatórios que pudessem fundar sua resolução. Seja como for, permanece uma evidência: seria insensatez procurar nas *Categorias* as teses definitivas de Aristóteles sobre o papel da substância na predicação.

Em relação à publicação de 2000, algumas retificações importantes devem ser destacadas. Em primeiro lugar, mudei de opinião a respeito do papel desempenhado pela regra da transitividade de predicados na determinação dos tipos de predicação. Antes, julgara que a satisfação de tal regra era *condição necessária e suficiente* para que um predicado fosse considerado essencial. No entanto, o exame mais atento de certas dificuldades levou-me à tese de que a satisfação de tal regra é apenas *condição necessária* para delimitar um predicado essencial, e talvez seja condição necessária e suficiente apenas para delimitar a classe mais ampla dos predicados que, ao serem atribuídos a um sujeito, “significam uma só coisa”. Parece-me também que, em determinadas passagens de *Metafísica* IV, Aristóteles *assume* (sem argumento) uma assimilação entre predicados essenciais e predicados que significam uma só coisa, mas que essa assimilação não poderia ser preservada apenas a partir dos critérios que ele explicitamente propõe em tal texto.

Outra importante advertência diz respeito à tradução do termo *mousikon* — antes traduzido por “culto” e, nas mais recentes traduções disponíveis, vertido para coisas tão diversas quanto *musicien* (Tricot), *artistic* (Kirwan), *cultivé* (Cassin e Narcy) etc. Não me atrevo a dizer qual seria o sentido exato do termo, conforme proposto por Aristóteles. Uma coisa, porém, é certa: dado que Aristóteles apresenta o termo *mousikon* sempre como exemplo de predicado estritamente accidental (freqüentemente, ao lado do termo *leukon*, “branco” ou “claro”) e, dado que o predicado estritamente accidental não tem nenhuma relação necessária com o sujeito a que se atribui, são incorretas — e rigorosamente incorretas — todas as traduções que propõem termos que, em relação ao sujeito “homem” (*anthropos*, “ser humano”), satisfaçam o cri-

tério pelo qual se delimita o segundo tipo de atributo *per se*, exposto em *Segundos analíticos* 73a 37-8, a saber, o critério pelo qual se estabelece que tal tipo de atributo se afirma estritamente de uma única classe de sujeitos, de tal modo que o predicado implica o sujeito (sem que a inversa seja verdadeira), o qual deverá, assim, ser mencionado na definição do atributo. Trata-se da relação entre o atributo “par” e o sujeito “número”. Se algo é um número, não se segue que seja par. No entanto, se algo é par, necessariamente é um número, e o é de tal modo que o número deverá ser mencionado no enunciado que define o que é o par. Suponha-se, então, o termo “culto” (ou o termo “letrado” etc.) como predicado atribuído a homem (ser humano). Ora, dado que apenas seres humanos são capazes de aprender a ler, cultivar a literatura etc., a verdade da proposição “ x é culto” implica a verdade da proposição “ x é um ser humano”. Deixemos de lado a questão de saber se o sujeito “ser humano” deveria ser mencionado na definição de “culto”, pois basta constatar que “culto”, como predicado de “ser humano”, satisfaz a seguinte regra de implicação: “se x é culto (P), necessariamente x é um ser humano (S)”. Ora, o predicado estritamente concomitante — chamemo-lo de *contingente* — é tal que não satisfaz nenhuma regra de implicação entre sujeito e predicado, isto é, nem a regra “se x é P , x é S ”, nem a regra “se x é S , x é P ”. Assim, como Aristóteles indubitavelmente apresenta *mousikon* como exemplo de predicado *contingente*, a tradução de *mousikon* por “culto” estaria rigorosamente incorreta. O que me levou a tal incorreção foi o péssimo hábito de lucubrar sobre o sentido das palavras a partir de meras “possibilidades lexicográficas”, em completa desatenção ao contexto argumentativo em que elas são usadas no texto a ser traduzido — hábito contra o qual espero estar definitivamente vacinado. Assim, o termo “musical” é uma tradução apropriada porque ele pode — de acordo com as regras que delimitam a noção de predicado contingente — atribuir-se também a outras coisas, além de homem (ser humano). De fato, pode ser denominado “musical” um instrumento, um poema etc., e isso satisfaz os propósitos conceituais de Aristóteles.

Desde a publicação do volume que deu origem a este livro, surgiram três obras de considerável importância para o presente trabalho: o minucioso livro de Allan Bäck, *Aristotle’s theory of predication* (2000); o ousado livro de Deborah Modrak, *Aristotle’s theory of language and meaning* (2001); e a edição das *Categorias* feita por Richard Bodeüs na coleção Guillaume Budé (Les Belles Lettres, 2002). As teses de Bäck mereceriam comentários à parte e foram discutidas neste volume apenas ocasionalmente, em função dos pontos que nos interessam. O mesmo se aplica às teses de Modrak, as quais envolvem até mesmo um escopo bem mais amplo e ambicioso que o recorte de questões contemplado neste volume. A esmerada edição de Bodeüs, por

outro lado, impressiona pela erudição, pela quantidade de informações e pela qualidade da discussão, nas notas complementares, mas não apresenta nenhuma tese de impacto sobre os assuntos mais específicos aqui tratados.

Sobre os princípios que nortearam esta tradução, ressalto, antes de tudo, as peculiaridades do texto aristotélico: ele não foi confeccionado *more geometrico* com destino a um público universal, mas, pelo contrário, evidencia, a cada linha, sua destinação “interna”, voltada para o próprio grupo de “ouvintes” em torno de Aristóteles, os quais certamente partilhavam das pressuposições que permitiam à argumentação aristotélica progredir de maneira logicamente válida, apesar de sua compactação. Aristóteles jamais escreveu tratados cuja estruturação interna pudesse ser concebida como um sistema expositivo auto-suficiente. É verdade que várias de suas obras exibem notável articulação interna, na qual declarações programáticas lançadas no início se vêm paulatinamente cumpridas, numa argumentação razoavelmente contínua. Não obstante, qualquer que seja a natureza exata dos escritos aristotélicos que nos restaram e hoje constituem o *corpus* — sejam eles “notas de aula” tomadas por algum discípulo e revistas por Aristóteles, sejam “lembretes programáticos” para as aulas, escritos pelo próprio Aristóteles, para uso próprio ou para circulação entre os “ouvintes” etc. —, o fato é que o estilo argumentativo se pauta por uma extrema compactação. Aristóteles nem sempre (talvez quase nunca) deduz as conseqüências de modo perfeitamente progressivo: nem sequer explicita todas as premissas necessárias para a validade de uma pretendida conclusão; às vezes, nem sequer enuncia explicitamente a conclusão a que pretende ter chegado, mas apenas a sugere. Analisada pelos parâmetros de sua própria silogística, exposta nos *Analíticos*, a argumentação de Aristóteles é tal que inverte a ordem natural das premissas, inverte até mesmo a ordem entre premissas e conseqüências, e subentende premissas que supostamente não precisariam ser explicitadas para seus ouvintes imediatos. Por isso, o leitor do texto grego muitas vezes deve esforçar-se por descobrir a premissa implícita que Aristóteles, por alguma razão, não se deu ao trabalho de enunciar formalmente; descobrir a conclusão a que Aristóteles julga ter efetivamente chegado (mesmo que não a enuncie formalmente); descobrir até mesmo a pretensão em favor da qual Aristóteles quer argumentar etc.

Constatar esses pontos seria algo desnecessário, se não existissem interpretações que assumem a dificuldade e a obscuridade do texto aristotélico como sinais de uma presumida “estrutura aberta”, intrinsecamente aporética etc., e se não existissem “filosofias de tradução” que optam por “deixar ao leitor contemporâneo o trabalho de descobrir os argumentos” etc. Infelizmente, devo dizer que, no meu juízo, esses *slogans* são adotados por tradutores que, eles mesmos, não se deram ao trabalho de compreender a argumentação aristotélica e que, portanto, se aventuram a traduzir textos dos quais não

compreendem o emaranhado argumentativo e o significado filosófico. É claro que as interpretações são sempre suscetíveis de discussão, revisão etc., e um tradutor pode perfeitamente mudar de opinião a respeito de suas interpretações para um dado argumento, para um dado conceito etc. No entanto, uma interpretação razoável dos argumentos é condição necessária para uma tradução adequada. Isso não implica, porém, a confecção de traduções demasiadamente parafrásticas, em que o estilo de Aristóteles seja substituído por uma explicitude escolar. O estilo compactado de Aristóteles deve ser respeitado, mas a tradução deve refletir a interpretação argumentativa pela qual o tradutor, ao ler o texto grego, compreendeu seus meandros e dificuldades. Foram essas as premissas que nortearam minha tradução. Se os resultados que propus são aceitáveis, é o leitor que deve julgar.

As edições de textos gregos que utilizei são as que constam na Bibliografia, ao final deste volume.

Cumpra observar que, para a tradução, assumi o texto grego estabelecido nas edições da Oxford Classical Texts (para *Categorias*, *Da interpretação* e *Tópicos*) e, no caso da *Metafísica* e dos *Segundos analíticos*, o texto grego estabelecido nas edições comentadas de Ross. As poucas divergências de leitura foram devidamente indicadas e justificadas nos comentários respectivos a cada passagem.

As traduções que utilizei para comparar resoluções e aperfeiçoar minhas primeiras tentativas são as que constam na Bibliografia, ao final deste volume.

Os resultados apresentados neste volume — traduções, comentários e artigo introdutório — se beneficiaram das discussões nos seminários do projeto temático FAPESP Ética e Metafísica em Aristóteles, nos quais tive o privilégio de discutir algumas de suas formulações provisórias. Agradeço as sugestões, objeções e críticas que foram apresentadas por Marco Zingano, Roberto Bolzani Filho, Luís Henrique Lopes dos Santos e Balthazar Barbosa Filho. Mais particularmente, ressalto que várias opções de tradução aqui adotadas amadureceram nos seminários mais específicos de discussões de tradução, no mesmo projeto temático FAPESP.

Devo agradecimentos também a Alberto Alonso Muñoz e a Oswaldo Porchat, com os quais, em várias ocasiões, discuti diversos aspectos relacionados à minha interpretação da teoria aristotélica da predicação. Por outro lado, a utilização das traduções e comentários em disciplinas de graduação e pós-graduação freqüentemente me deu ocasião para importantes retificações e aprimoramentos, e, nesse âmbito, agradeço particularmente a alguns

orientandos que acompanharam de perto meu trabalho: Luis Márcio Nogueira Fontes, Carlos Alexandre Terra e Mateus Ricardo Ferreira. Agradeço também a José Cavalcante de Souza, pelo encorajamento em minhas aventuras de tradução, e a Fátima Évora, pelo apoio constante.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa, cujo projeto sobre a noção aristotélica de substância tem fortes relações com a teoria aristotélica da predicação.

Finalmente, agradeço à FAPESP pela concessão de auxílio-publicação e pelo apoio ao projeto temático Ética e Metafísica em Aristóteles.